

Assembleia Rural da Região Autónoma da Madeira

19 de Maio de 2010

No dia 19 de Maio de 2010, pelas 14h15m, realizou-se a primeira reunião da Assembleia Rural da Madeira, da Rede Rural Nacional (RRN), que decorreu no Auditório da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, no Edifício Golden Gate, Avenida Arriaga, 21 –A, no Funchal. Presidiu a esta reunião o Senhor Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, Dr. Manuel António Rodrigues Correia, estando presentes representantes das entidades que o compõem:

Entidade

Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira - ADERAM
Associação de Agricultores da Madeira- AAM
Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira - ACAPORAMA
Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira - ADRAMA
Associação de Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo - AJAMPS
Associação de Turismo em Espaço Rural - Madeira Rural
Direcção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural - DRADR
Direcção Regional do Ambiente - DRA
Instituto de Desenvolvimento Regional - IDR
Parque Natural da Madeira - PNM
Secretaria Regional de Educação e Cultura - SREC
Secretaria Regional do Equipamento Social- SRES
Secretaria Regional do Turismo e Transportes- SRTT
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais - SRAS
Secretaria Regional dos Recursos Humanos - SRRH
Direcção Regional de Florestas- DRF
Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira -PRODERAM

No que se refere ao ponto principal da reunião, sobre o **Debate público no âmbito da Rede Rural sobre o futuro da Política de Desenvolvimento Rural**, obtiveram-se as seguintes conclusões:

A – Quais devem ser os objectivos da política de desenvolvimento rural:

- A Política de Desenvolvimento Rural é fundamental e deve garantir a viabilidade da agricultura e do mundo rural. Numa Região com os problemas estruturais de carácter permanente que afectam as actividades agrícolas e silvícola, a Política de Desenvolvimento Rural deve ter apoios permanentes e contribuir de forma decisiva para a manutenção e valorização da actividade, garantindo rendimento e qualidade de vida aos seus agentes.
- Deve também complementar o rendimento dos produtores, no que concerne ao que o mercado não possibilita remunerar, por desenvolver uma actividade que se encontra muito condicionada por debilidades estruturais de carácter permanente, especialmente no que diz respeito às Regiões Ultraperiféricas.
- Deve ainda assegurar a manutenção de rendimento adequado face a acontecimentos excepcionais, nomeadamente através do financiamento de um sistema de gestão de riscos.
- Reforçar os pagamentos pelo fornecimento de bens públicos, nomeadamente ambientais e paisagísticos, apoiando de forma significativa os produtores que mantenham técnicas de produção sustentáveis e que preservem valores tais como a paisagem rural,

a qualidade dos solos, a biodiversidade, a qualidade e a disponibilidade de água.

- Manter um regime de incentivos ao investimento que possibilite amenizar os *handicaps* de carácter estrutural e permanente e melhorar a *performance* das explorações e das condições de vida e de trabalho.
- Debruçar especial atenção às políticas que fomentem a melhoria das condições de vida nos espaços rurais, adequando medidas de fixação da população, nomeadamente através de estímulos à criação/manutenção de emprego.
- Apostar na valorização das potencialidades do mundo rural através da diversificação das actividades com recurso, nomeadamente ao programa Leader como mecanismo de proximidade com a realidade rural.
- Apoiar investimentos públicos e privados que visem a preservação de *habitats*, da paisagem, da melhoria da biodiversidade, da melhoria da gestão e qualidade da água, e de combate às alterações climáticas e às suas consequências.
- Reforçar a política de estímulo às pequenas produções rurais por razões económicas, sociais, ambientais e de desenvolvimento territorial.
- Reforçar os estímulos e os apoios à comercialização de produções rurais, nomeadamente, obtidos em Regiões de

pequena dimensão como as Regiões Ultraperiféricas, de modo a permitir a sua melhor integração no mercado.

- Reforçar os apoios destinados à investigação e ao desenvolvimento no sector agro-alimentar nas Regiões Ultraperiféricas.
- Reforçar o apoio à reactivação de actividades e produções em vias de extinção no meio rural.
- Apoiar as acções de certificação e promoção dos produtos abrangidos por regimes de qualidade, incluindo aqueles previstos nos programas de apoio à produção local como o POSEI.
- Disponibilizar meios de forma a sensibilizar a população geral para as problemáticas e potencialidades associadas ao mundo rural, nomeadamente, protecção do ambiente e minimização de riscos naturais, preservação da identidade cultural, garantia de segurança alimentar e promoção de estilo de vida saudável.

B – Como tornar mais eficazes os instrumentos da política

- Os instrumentos de política devem ter por base uma programação regional, devidamente adaptada a cada realidade, privilegiando a execução descentralizada.
- Adequar o envelope financeiro aos desafios que enfrentam os territórios rurais.
- Incrementar os apoios à informação e comunicação junto dos agentes rurais, cruciais para a capitalização de oportunidades e beneficiação de meios.

C – Como podemos melhorar a gestão da política

- Definir regras claras para todos os agentes envolvidos, de modo a uniformizar critérios e garantir a eficácia das medidas aplicadas.
- Promover a desburocratização dos processos como forma de agilizar a execução dos objectivos delineados.
- Adaptar procedimentos que tenham em conta as especificidades de cada Região e os objectivos gerais que se pretende obter, tendo em atenção os tipos de beneficiários, a orografia e os baixos rendimentos dos agentes rurais.